

Ernâni Rodrigues Lopes: da diplomacia como serviço e Portugal como missão

Sónia Ribeiro¹ e Eduardo Lopes Rodrigues^{**}

Resumo: Ernâni Rodrigues Lopes foi embaixador de Portugal em Bona (1975-1979) e Embaixador e chefe da missão portuguesa às Comunidades Europeias em Bruxelas (1979-1983), tendo conduzido as negociações de adesão do Tratado de Adesão de Portugal às Comunidades. Norteado pela urgência da construção do futuro, interessou-lhe sobretudo a defesa do interesse nacional no contexto dos desafios que a mudança estrutural que o 25 de Abril e a evolução internacional provocaram no posicionamento e nas condições de desenvolvimento de Portugal. O seu contributo enquanto Embaixador responsável pela negociação da adesão estende-se assim para lá da tarefa em si mesma, passando pela teorização da alteração profunda na conceção de política externa que resulta da adesão, com evidentes repercussões no exercício político, mas também diplomático.

Introdução

Em todos os cargos que desempenhou, em todos os estatutos que assumiu, Ernâni Rodrigues Lopes deixou sempre uma marca de esforço de teorização permanente (nas palavras do próprio), de procura do essencial sobre “a espuma dos dias” (os elementos conjunturais não estruturantes), e da busca de uma visão de conjunto integradora das partes, permitindo a leitura holística da realidade. Mas sobretudo a centralidade do interesse nacional naquilo que eram as suas decisões: “O que desde sempre me preocupou e interessou é a nossa existência como Nação e o conjunto de Portugal.” (Expresso, 1983: 16).

Ernâni Rodrigues Lopes foi Embaixador de Portugal em Bona (1975-1979) e Embaixador e chefe da missão portuguesa às Comunidades Europeias em Bruxelas (1979-1983), tendo conduzido as negociações de adesão do Tratado de Adesão de Portugal às Comunidades, do qual seria um dos signatários.

Multifacetado, foi Ministro das Finanças e do Plano no IX Governo Constitucional da III República Portuguesa (1983-1985), uma altura particularmente difícil para a economia nacional² e fundador (e diretor) do Instituto de Estudos Europeus

¹ CIEP-UCP

^{**} UL, ISCSP, EEE

² Portugal apresentava à data uma estrutura económica e financeira muitíssimo debilitada na sequência das graves crises que, num intervalo de 5 anos, levaram o país a dois programas de assistência financeira por parte do FMI. É neste contexto que enquanto Ministro das Finanças, Ernâni Rodrigues Lopes conduz um duro exercício de estabilização, mas com resultados impressionantes, já que a

da Universidade Católica Portuguesa, a primeira instituição nacional de ensino superior especializada nesta área científica, criada em 1978. Correspondendo à sua visão, e muito antes de a multidisciplinaridade ser reconhecida e incentivada pelo valor que agrega ao estudo da realidade, o Instituto foi estruturado numa base multidisciplinar e com flexibilidade para acompanhar o fluir dos acontecimentos relevantes na Europa e no mundo. Dessa abordagem resulta a formação de quadros superiores da administração pública, para Portugal e para as instituições da EU, incluindo a diplomacia – mas também para as empresas, como agentes interventivos na construção europeia, com uma visão clara do interesse nacional e prevalecente em cada ecossistema, uma linha de desenvolvimento que viria a perdurar até 2011.

A construção do futuro foi seu princípio norteador, alicerce sobre o qual construiu uma visão de futuro para Portugal centrada na leitura estratégica da geopolítica e da análise prospetiva das condições de desenvolvimento de Portugal, onde a construção europeia aparece como elemento central no contexto das condições de posicionamento estratégico nacional do último quartel do século XX, visão que transportaria consigo quando assume funções diplomáticas, primeiro, como embaixador em Bona; e depois, em Bruxelas, junto da Comunidade Europeia.

Enquanto Embaixador, “deixa a sua marca pessoal bem vincada (...). Pode seduzir ou agastar, agradar ou irritar, ninguém lhe ficará, porém, indiferente” (Expresso, op cit: 16)... nem aos resultados que obtém.

Da diplomacia como serviço e exercício de teorização

Economista, Ernâni Rodrigues Lopes não é nem faz da diplomacia a sua opção profissional e vocacional. A diplomacia surge na sua vida como convite e como oportunidade que acolhe e agarra com o mesmo sentido de serviço ao país com que exerce funções no Banco de Portugal e com que viria a exercer a de Ministro das Finanças após a experiência como diplomata.

O seu estilo como Embaixador é, aliás, marcadamente multipolar, em termos de centros de referência, atuando em múltiplas vertentes do conhecimento e das competências competitivas. A sua postura é técnica e científica, mas também prospetiva, política e estratégica, tendo como base a análise político-económica e como horizonte

economia portuguesa retomou uma trajetória de crescimento, num modelo de desenvolvimento que se manteve até à viragem do milénio.

uma visão de longo prazo para a afirmação de Portugal no contexto europeu e internacional que estabelece e delinea na prossecução das metas da missão que lhe é cometida. Encara a função diplomática como serviço que presta com sentido de serviço a Portugal, contribuindo não apenas para o alcance de um objetivo politicamente definido, mas perscrutando a partir dele o benefício sistémico que o país pode alcançar, definindo-o nas suas partes e orientando toda a ação diplomática no sentido do alcance dos objetivos constitutivos do fim político estabelecido, e, por fim, sistematizando o que de estruturante ficou da ação e, naquele contexto, o que de relevante mudou e as implicações para a política externa nacional e o exercício diplomático subsequente.

Enquanto Embaixador de Portugal em Bona, define e defende como ponto essencial o “binómio do fomento da cooperação alemã com o processo multifacetado do crescimento da economia portuguesa, e do fluir das negociações multilaterais dos Estados-Membros visando a definição, em Conselho de Ministros das Comunidades, de uma posição comum favorável à candidatura de Portugal à adesão plena de Estado-Membro nos termos do artigo 237.º do Tratado de Roma” (Lopes Rodrigues, 2019: 222), ou seja, trabalhando no quadro dos equilíbrios e tensões internas da negociação intraeuropeia para obtenção de uma posição favorável àquele que considerava ser um inequívoco interesse nacional – a adesão plena à CEE.

Entre os resultados que lhe são atribuíveis nesta fase, estão a abertura de canais diplomáticos com a República Federal da Alemanha, que lhe permitiam informar o Ministério dos Negócios Estrangeiros, em Portugal, das tendências prevalecentes, permitindo a otimização daquela que viria a ser a posição diplomática portuguesa de defesa intransigente do modelo de adesão plena.

Também no domínio da cooperação bilateral, registou-se a densificação do interesse económico alemão para investir em Portugal, e que alguns anos mais tarde se viria a concretizar no investimento da Volkswagen na atual Autoeuropa.

A partir de 1979, encarregado de liderar as negociações de adesão de Portugal às Comunidades Europeias, Ernâni Rodrigues Lopes assume a teorização fundamental que enquadre e dê profundidade estratégica e de longo prazo a uma “decisão essencialmente política fundamentada em razões de segurança” (Rodrigues Lopes, 1982: 2) que assume apenas subsidiariamente um conteúdo económico – embora, na sua leitura, fundamental. Por isso a atuação, sendo “resposta a uma necessidade histórica ou

conveniência política, assume o seu papel de verdadeira oportunidade no plano económico” (idem: 3).

Neste contexto, a sua ação diplomática engrandece-se na racionalização e operacionalização de um conceito de desenvolvimento subjacente e justificativo da missão atribuída. Defende assim, no contexto das negociações, a ideia de que a adesão só faria sentido no quadro de afirmação do “binómio integração-desenvolvimento, isto é, a relação necessária imperativa que tem de estabelecer-se entre a adesão às Comunidades e a abertura de uma nova era de progresso económico e social no nosso país” (Rodrigues Lopes, 1985; p.3998); expressão que cria e torna corrente, quando os processos de adesão às Comunidades não comportavam ainda a dimensão de estímulo e reforço de processos de desenvolvimento de economias menos desenvolvidas.

Com efeito, até então, apenas o caso da Grécia, também em processo de adesão à data, era exceção à norma de alargamento das Comunidades a países cujos sistemas políticos e cujas economias apresentavam traços e índices de desenvolvimento comparáveis. Portugal era à altura, como refere o Embaixador, um “país de grau de desenvolvimento intermédio, dotado de estruturas relativamente desequilibradas e vulneráveis” que contrasta com “a CEE, que constitui um dos espaços económicos de maior importância à escala mundial” (Rodrigues Lopes, 1982: 2-3).

A adesão constitui, assim, na sua visão, a resposta estratégica de Portugal às alterações sucessivas do sistema de Relações Internacionais do último quartel do século XX, assumindo a integração no processo de construção europeia como a via de uma possível aceleração no processo de recuperação da economia portuguesa, mais imposta, portanto, pela força de necessidade do que por maturação interna das condições de modernização, reconhecendo-lhe os riscos que tal situação comportava e para os quais alertaria continuamente, defendendo uma visão – como ele próprio – focada e alicerçada no potencial de desenvolvimento e afirmação estratégica nacional.

Desenvolveria assim, após a concretização da adesão, a teorização da matriz estratégica fundamental de Portugal, sintetizada na fórmula Portugal/Europa/África/Brasil, articulando o vetor essencial de modernização, concretizado na adesão à CEE, com os vetores de compensação derivados da geopolítica nacional e dos seus ativos estratégicos.

A visão do Embaixador era, uma vez mais, holística e sistémica, alicerçada no binómio “geopolítica e prospetiva”, onde a ação diplomática está ao serviço de uma visão

de futuro, cujo alcance implicava a definição de um modelo de desenvolvimento económico, financeiro, social e cultural que levasse Portugal a participar nos centros das decisões de todos os órgãos da Europa das Comunidades, mas onde encontrasse da mesma forma um espaço de reforço da sua geopolítica enquanto nação europeia atlântica, sendo este o seu maior contributo também para uma Europa que enfrentava os desafios de um mundo em transformação, no qual seria necessário afirmar-se como centro de referência geopolítica de um mundo prestes a tornar-se multipolar na sequência do fim do sistema económico assente na convertibilidade do dólar em ouro (base do sistema de Bretton Woods, definido no final da 2ª GM) e no contexto da fragilização do modelo bipolar que viria a implodir no final da década de 80, poucos anos após a adesão de Portugal às CE.

Portugal, assumindo-se inteiramente “europeu”, deveria, de forma persistente e consistente no tempo, compreender a sua vocação universal e agir segundo aquela mesma *praxis* que, ao longo dos séculos, construiu um espaço de articulação intercontinental (global), exercitando com inteligência e criatividade a capacidade de diálogo internacional, intercultural e integrador que é a marca – aliás reconhecida – de Portugal, em diferentes contextos, nomeadamente multilaterais.

Portugal como missão: construir as bases do futuro

- **A visão estratégica pós-adesão**

A vocação europeia de Portugal deveria consolidar-se com a adesão às Comunidades Europeias e com os desenvolvimentos institucionais centrais da União Europeia, perceptíveis desde logo no Ato Único Europeu (1985). Com a assinatura do Tratado de Adesão fecha-se o “ciclo diplomático” da sua vida, mas não a sua dedicação à causa pública no contexto desse momento que, diria na Assembleia da República, “constitui, precisamente, o momento de articulação entre o passado recente, isto é, o resultado da negociação e o futuro próximo”; “o ponto de partida de um complexo processo de reestruturação económica e político-administrativa, que se traduz na gradual inserção da realidade comunitária no quotidiano nacional”, levantando – além da aprovação do resultado das negociações – um desafio imediato: “A perspetivação da contribuição portuguesa para a construção do futuro europeu e a definição da posição do País no mundo, como parte integrante de um espaço multilateral inegavelmente

influyente nos equilíbrios políticos e económicos à escala planetária.” (Rodrigues Lopes, 1985).

Para Ernâni Rodrigues Lopes o posicionamento estratégico que permitiria a afirmação de Portugal no quadro europeu e internacional exigia esta visão integrada dos seus “ativos” estratégicos, a que chama “vetores de compensação” (Rodrigues Lopes, 1982: 6), cuja existência não a anula, antes completa, reafirmando que “a opção europeia é inteiramente compatível com a aliança e a cooperação atlânticas, com o aprofundamento das relações com África e a América Latina, em particular no que respeita ao Brasil e aos novos países de expressão oficial portuguesa” (Rodrigues Lopes, 1985). Entre estes sublinha a relevância, para a política externa portuguesa, da valorização não apenas da sua posição no sudoeste europeu, mas da sua Zona Económica Exclusiva no centro do Atlântico Norte e da universalidade da sua dimensão cultural, e, em termos operativos, da necessária coordenação entre política interna e externa e da adequada endogeneização e aproveitamento dos estímulos externos para a modernização e agilização dos processos.

- **Uma nova conceção de política externa**

Para o Embaixador, “o pedido de adesão de Portugal à CEE constituiu a mais importante decisão estratégica na política externa portuguesa, porventura numa perspetiva de séculos”, uma decisão, aliás, “intimamente articulada com o processo revolucionário pós-25 de Abril”, seja no que correspondia ao restabelecimento – e consolidação – de um regime democrático em Portugal, seja, num plano estruturante, traduzindo “na política externa nacional, a mudança de uma orientação predominante, se não exclusiva, de defesa dos territórios ultramarinos e conseqüentemente toda perspetivada para áreas e problemas extra-europeus, para, pela primeira vez, a inserção plena de Portugal nos assuntos políticos e económicos intra-europeus” (Rodrigues Lopes, 1982: 5), exigindo assim uma alteração essencial do foco e dos desafios, tal como dos métodos e instrumentos da política externa portuguesa.

A intervenção que proferiria meio ano após a assinatura do Tratado de Adesão, a convite da Associação Portuguesa de Diplomatas, no Ministério dos Negócios Estrangeiros aprofunda a temática e permite compreender melhor o seu pensamento sobre este tema.

Naquela ocasião, reconhecendo a tendência estabelecida de percepção da política externa como dominada por aspetos da política interna, da qual seria mera abstração pondo em evidência a autonomia da vontade dos Estados, defende uma perspetiva diferente, sistémica, segundo a qual compete aos Estados, ao procurar assegurar a prossecução dos seus objetivos nacionais, ajustarem os seus comportamentos à respetiva inserção num sistema que não dominam individualmente. A assunção deste conceito seria fundamental para compreensão da realidade vivida na altura, e aquela que permitiria a adoção de uma atitude realista e prática perante o sistema internacional, colocando a questão no quadro da “racionalidade do comportamento dos Estados” (Rodrigues Lopes; 1985b: 2) e sistematizando as alterações fundamentais no posicionamento português em resultado da Adesão a quatro áreas: política (consolidação da democracia e papel de Portugal no sistema internacional); económica (a visão para além de uma união aduaneira e o binómio integração/desenvolvimento); estratégica (a posição de Portugal, a questão do desenvolvimento e estabilidade interna); e operacional, onde foca a relação político-diplomática internacional e a organização dos aparelhos – do Estado e dos interesses privados.

Refletindo sobre aquilo a que chama “a vertente externa da economia portuguesa”, sublinha os desafios que então se apresentavam – “sob os nossos olhos e sem a nossa participação” – em função dos “fenómenos de mutação na economia mundial” face aos quais, advertia, “países como Portugal não podem alhear-se (...) e têm de escolher corretamente as estratégias de adaptação a esses movimentos” (idem: 6).

É neste quadro que se torna necessário sublinhar a relação entre modernização da economia portuguesa e especialização internacional, competitividade e capacidade de atuação das empresas nos mercados externos – e aqui radica a sua observação de que “a importância e o peso da vertente externa tornam, de facto, secundárias, do ponto de vista económico, a simples análise e formulação de políticas em termos internos” (ibidem): o enquadramento estruturante (já) não é o enquadramento interno, mas o enquadramento externo, em função do qual a política interna encontra os seus campos de possibilidades estratégicas. Como sublinha “o que interessa sobretudo salientar (...) é que toda a política económica portuguesa passará a estar condicionada pela adesão às CE’s” (ibidem: 11), em boa verdade, toda a política portuguesa.

- **Os desafios operativos e da organização da diplomacia**

Mas além dos impactos para os agentes económicos e sociais, Ernâni Rodrigues Lopes não deixa de reconhecer e sublinhar as alterações necessárias no aparelho administrativo do Estado em função da adesão, chamando a atenção para a necessidade de ajustamentos nos vários departamentos e de um esforço acrescido de coordenação, pugnando por uma ação que permitisse “iniciar um processo consistente da proclamada e desejada ‘reforma administrativa’” (ibidem: 20). Um dos âmbitos fundamentais desse ajustamento seria precisamente o Ministério dos Negócios Estrangeiros, que com a Presidência do Conselho de Ministros e o Ministério das Finanças e do Plano constituem o núcleo central de coordenação do ajustamento ao novo contexto no qual a política externa assume um papel central como configuradora de possibilidades internas.

Neste contexto, identifica como “elemento vital para o bom funcionamento da participação de Portugal como Estado-membro da CEE” a ligação entre Lisboa e Bruxelas, isto é, “a ligação entre o aparelho administrativo central na capital (neste caso Lisboa) e a Representação Permanente” (ibidem: 22). Advertia então logo para alguns elementos que considerava essenciais ao objetivo a atingir, desde logo a necessidade de um novo modelo de comunicação, já que a natureza e relevância desta ligação “não se compadece com modelos ‘clássicos’ e burocráticos de comunicação” (ibidem) e a necessidade de um bom entendimento pessoal entre os interlocutores, incluindo a assunção de que a principal figura do processo de funcionamento nas CE é o REPER. Chamava ainda a atenção para o facto de que a velocidade do exercício diplomático em Bruxelas exige uma agilidade que só é possível se existir um entendimento permanente que permita ultrapassar quaisquer eventuais dificuldades de organização ou coordenação em tempo útil. Desta forma, o método de tomada de decisão exige-se flexível e simples, evitando esquemas rígidos que tornem difícil ou mesmo impossível, por razões formais, à REPER a adoção em tempo útil das soluções mais corretas para os interesses de Portugal. Na sua visão, a REPER deveria mesmo, com o tempo, vir a “assumir um papel preponderante como elemento aglutinador e de concertação da posição portuguesa no terreno” (ibidem: 23).

A sua análise levanta outro tema que, então, não deixou de ganhar relevância e assume hoje uma centralidade que, na época, seria ainda pouco reconhecida pela maioria: a área de informação/formação, no que comporta de informação atualizada e abrangente sobre os processos, mas também – e por exigência dos mesmos – uma ligação permanente à realidade político-económica nacional, um processo permanente de diálogo

com a sociedade que permita a posse pelas estruturas do Estado, nomeadamente pelos diplomatas envolvidos, de informação útil para a definição de posições no contexto institucional europeu, mas também no sentido da transmissão da informação relevante aos utilizadores, dentro do aparelho do Estado mas também aos agentes económicos e sociais.

Esta ligação entre as estruturas estatais e sub-estatais e a diplomacia, no caso entre aquelas estruturas e a REPER, é identificada como um dos pontos mais frágeis do caso português. À REPER deveria ser cometida esta função central de receção e tratamento de toda a informação nacional relevante, e constituir-se ela própria também como ponto de ligação entre a CE, o Estado e a sociedade em geral, agindo como plataforma de interligação permanente, gerindo um fluxo permanente de informação que permitisse a Portugal aproveitar em larga escala as oportunidades, mas também antecipar e mitigar riscos que a adesão comporta. Por outro lado, mais do que uma adaptação formal, tratava-se de uma adaptação fundamental, já que a adesão implica o acompanhamento de aspetos técnico-económicos que impunham um novo perfil de equipa a alocar ao acompanhamento da evolução da CE.

A sua visão para o serviço diplomático diretamente responsável pela gestão e condução da relação com a CE é assim de centralidade da REPER enquanto elemento de proximidade às instituições europeias, numa função de interlocutor e plataforma de diálogo entre aquelas e o Estado e os agentes económicos e sociais, mas uma REPER ajustada a um novo conceito de diplomacia, diríamos, técnico-política. Percebemos assim como Ernâni Rodrigues Lopes compreendeu *ab initio* os mecanismos de decisão e poder da Comunidade, as condições de sucesso da participação de Portugal e as alterações estruturantes que a adesão comportava para os agentes económicos e sociais, o Estado e o MNE em particular, especificamente o impacto na definição, mas também na condução quotidiana da política, e a alteração na relação entre política externa e interna, com o esbatimento da fronteira entre ambas.

- **O desafio da formação para a nova realidade**

A consciência do impacto da adesão, não só nos processos e procedimentos institucionais mas também no âmbito do desenvolvimento das atividades económicas, colocou a formação de quadros como um tema central do processo de preparação da adesão à CE em sentido amplo (para lá das negociações dos *dossiers* em si mesmos) e que

se manteria, aliás, como exigência permanente para o futuro, no contexto de evolução do processo de construção europeia nas décadas que se seguiram. Impunha-se – impõe-se – um processo de formação permanente e sistemática dos quadros ao serviço das relações externas de Portugal, naturalmente mais agudo no caso dos diplomatas e quadros do MNE em geral.

É neste quadro de preocupação com a capacidade de Portugal se afirmar enquanto parceiro político-estratégico relevante dos novos parceiros europeus, mas ao mesmo tempo de aproveitar as oportunidades de desenvolvimento económico e social que a adesão abria, que Ernâni Rodrigues Lopes inicia, ainda Embaixador em Bruxelas, a preparação da administração pública e dos agentes privados para a nova realidade que a adesão traria.

A perceção face à adesão, o envolvimento e a capacidade de apropriação do próprio processo pelos agentes económicos e sociais é, aliás, reconhecida em 1985, como um dos componentes principais para a capacidade de transformação do país no contexto do seu novo enquadramento estratégico, sendo desejável que depois de uma fase de “encantamento” sucedida por uma de pessimismo surgisse, por fim, uma fase de síntese “mais sensata e equilibrada, identificando ‘riscos e oportunidades” (Rodrigues Lopes; 1985b: 8) e permitindo uma melhor definição de estratégia e ação.

Esta evolução permitira a criação de uma consciência de necessidade de um esforço de adaptação à nova realidade, nomeadamente em termos de formação e capacitação para a negociação em ambiente multilateral e no contexto específico que constituem as negociações com os parceiros e com as instituições europeias.

Desta forma, incentiva a intervenção coerente e consistente na formação dos portugueses e na disseminação de uma cultura pró-ativa pela economia e pela sociedade ao fundar, na Universidade Católica Portuguesa, ainda em 1979, o Centro de Estudos Europeus (mais tarde renomeado Instituto de Estudos Europeus, quando passou a oferecer programas concedentes de grau de Mestre e de Doutor), nas três vertentes: económica, jurídica e político-administrativa.

A natureza multidisciplinar que desde o início marcou os trabalhos e os cursos daquele Centro é assumida assim como instrumental no sentido de contribuir não só para o sucesso das mesmas mas também para a qualidade subsequente das negociações intrainstituições e, ainda, para a eficiência e a eficácia da adaptação proativa de Portugal aos novos desafios concorrenciais e estratégicos.

O objetivo era disseminar o mais possível as consequências da adesão por um conjunto o mais alargado possível de agentes políticos, económicos, sociais e culturais, e contribuir para que Portugal pudesse ser um protagonista ativo, criativo e consequente da construção europeia.

O sucesso imediato do Centro de Estudos Europeus, enquanto fonte permanente de difusão, de disseminação e de investigação científica sobre as múltiplas vertentes da construção europeia, revela a necessidade absoluta sentida pelos quadros nacionais – públicos e privados – de formação e aquisição de conhecimento não apenas teoricamente sólido, mas com um vincado carácter pragmático e propositivo que resultava do programa de formação gizado pelo Embaixador.

Fiel a si mesmo, imprimiu um estilo pouco habitual à data na Academia, onde as questões fundamentais eram sistematicamente tratadas, mas onde a orientação de fundo era prática, e a investigação aplicada – a Universidade ao serviço da construção de uma leitura estratégica de Portugal, do seu posicionamento estratégico e da sua capacidade de afirmação no contexto europeu e internacional. Um espaço de aquisição de informação, mas sobretudo de desenvolvimento do conhecimento radicado no debate de visões contrastantes, onde Portugal pudesse ser pensado no longo prazo no contexto das respetivas opções estratégicas de posicionamento no sistema internacional e no sistema europeu em particular.

Esta missão de formação e de difusão de uma cultura pragmática e proativa face à participação no processo europeu e de defesa, nesse contexto, de uma visão para o futuro de Portugal e da construção europeia, seria permanente ao longo da vida de Ernâni Rodrigues Lopes no seu exercício profissional e também num conjunto muito diversificado de participação mais ou menos estruturada em organizações da economia e da sociedade. Desenvolveu nesses espaços um esforço permanente de contribuição para a construção europeia pela sensibilização/consciencialização/formação das “elites” nacionais, e aproveitando todas as circunstâncias para fazer a disseminação da cultura e da visão estratégica subjacente à adesão, animado pela convicção de que, só envolvendo o máximo de segmentos sociológicos, seria possível conferir ao objetivo estratégico da construção europeia uma certa blindagem que permitisse a sua durabilidade.

Uma preocupação sempre necessária em qualquer época, e que, 10 anos depois da sua morte, se mantém atual, porventura com uma pertinência acrescida e reforçada hoje, face aos desafios que o processo de construção europeia enfrenta, interna e

externamente, num mundo que, sendo mutável, incerto e complexo – como Ernâni Rodrigues Lopes ensinava – se encontra, de novo, num ponto de (re)definição de futuro.

Conclusão

Refletir hoje sobre a vida de Ernâni Rodrigues Lopes é encontrar e reconhecer a sua presença inspiradora numa multitude de cantos, de recantos e de veredas sublimadoras, na Diplomacia, no Ensino, na Investigação Científica, na Universidade, nas Políticas Públicas, nas Estratégias Empresariais, tudo isto irmanado pela vocação de contribuir para um Portugal melhor e com maior sustentabilidade.

A sua vida, norteadada pela urgência da construção do futuro, foi uma busca intensa e incessante da defesa do interesse nacional no contexto dos desafios que a mudança estrutural que o 25 de Abril e a evolução internacional provocaram no posicionamento e nas condições de desenvolvimento de Portugal.

O seu contributo enquanto Embaixador responsável pela negociação da adesão estende-se para lá da tarefa em si mesma, passando pela teorização da alteração profunda na conceção de política externa que resulta da adesão, com evidentes repercussões no exercício político, mas também diplomático, na análise lúcida e assertiva sobre os desafios do novo posicionamento estratégico nacional para além das respetivas oportunidades, e na visão clara e pragmática das implicações que, a nível da organização do Estado – e do MNE em particular – a adesão às Comunidades Europeias exigiu e exige, consciente do esforço de adaptação ao novo contexto com que o próprio exercício diplomático seria confrontado, ao inaugurar uma nova era na política externa portuguesa.

Referências e Bibliografia

Expresso (1983). Ernâni Lopes: retrato de um homem austero. Revista Expresso, 15.Out.1983, pp14-17

Lopes Rodrigues, E. (2019) Ernâni Rodrigues Lopes, in Dicionário das Grandes Figuras Europeias, Lisboa ed. Assembleia da República, pp 221 a 224

Rodrigues Lopes, E. (1982) A adesão de Portugal à CEE. Uma prioridade política, uma oportunidade económica. Conferência proferida na Confederação de Associações Comerciais do Brasil, 12 Agosto 1982

Rodrigues Lopes, E. (1985) Discurso na Assembleia da República aquando da discussão da Proposta de resolução n.º 24/III, que aprova, para ratificação, o tratado relativo à adesão à CEE. REUNIÃO PLENÁRIA DE 9 DE JULHO DE 1985, Diário da Assembleia da República, Diário n.º 105, páginas 3995 a 4000

Rodrigues Lopes, E. (1985b) Portugal e as Comunidades Europeias: incidências na ordem interna. Associação Portuguesa de Diplomatas, Lisboa/MNE, 14.nov.1985